

## PROFESSORES RECEBERÃO ABONO DE FÉRIAS

A ADUFPB-JP conseguiu liminar na Justiça garantindo aos professores da UFPB, em atividade e que são associados à entidade, o direito de receber o pagamento equivalente a 1/3 do salário por 15 dias de férias trabalhadas. A decisão foi do juiz da 2ª Vara Federal da Paraíba, Alexandre de Luna Freire.

Por lei, os professores têm direito a 45 dias de férias e podem vender 15 dias. O MEC, entretanto, não reconheceu esse direito dos professores, determinando o

cumprimento integral das férias.

A ADUFPB-JP foi à Justiça, argumentando que o decreto nº 94.664 e a lei 7.596 estão em vigor e garantem o direito do professor vender os 15 dias de férias para a universidade.

A assessoria jurídica da ADUFPB-JP explicou que a UFPB está obrigada a efetuar o pagamento e cumprir a determinação do juiz. O pagamento está sendo esperado para o contracheque de fevereiro executado no início de março.

A diretoria da ADUFPB-JP

está orientando os associados a gozar apenas 30 dias de férias em 2001 e ficar no aguardo do recebimento do valor correspondente aos 15 dias trabalhados.

A decisão ganha importância quando as perdas salariais dos professores universitários já se aproximam dos 80% desde o início do Plano Real. Esta é a terceira vez que a ADUFPB-JP conquista, na Justiça, para os associados, o direito de receber o abono de férias. A primeira vitória aconteceu em 1996 e, depois, em 98.

## APOSENTADOS REALIZAM ENCONTRO

Os aposentados brasileiros vão manter a luta contra a implantação da previdência complementar e repudiam os Projetos de Lei 01/00, 09/00 e 63/00, em tramitação no Congresso Nacional, que tentam regulamentar a proposta do governo. A posição foi tirada no VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria da ANDES-SN, ocorrido de 12 a 14 de janeiro, em Uberlândia (MG).

Representaram a ADUFPB-JP, os professores Pedro Luís de Sousa Sobrinho (diretoria) e os aposentados Francisco de Assis Fernandes, Terezinha Diniz e Waldemir Lopes de Andrade.

A previdência complementar foi avaliada como o principal

mecanismo utilizado pelo governo FHC para avançar no desmonte e minimização da previdência social pública, forçando o processo de privatização, em benefício dos grandes grupos financeiros e seguradoras nacionais e internacionais.

**Reflexões** - O tema do encontro de Uberlândia foi "O futuro da aposentadoria: uma reflexão e luta do presente", coordenado pelo GT-Seguridade Social/Encarregatura de Assunto de Docentes Aposentados da ANDES-SN. Os aposentados defenderam a reativação em caráter urgente do Conselho Nacional de Seguridade Social, extinto pelas medidas provisórias nº 1729 e 1799. O entendimento é o de que sua reativação é uma forma de dar um

sentido integral ao conceito de Seguridade Social.

Outro importante posicionamento tomado a partir do Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria foi o repúdio à atitude discriminatória do MEC em relação aos professores de 1º e 2º graus, ao não incluí-los no plano da GID (Gratificação de Incentivo à Docência).

A implantação do regime de emprego público e a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) também foram assuntos discutidos no encontro. Sobre a proposta do emprego público, os aposentados avaliaram que a medida significa a flexibilização dos princípios que devem reger a vida funcional do servidor público (estabilidade, seleção por concurso, impessoalidade, moralidade...).

# ASSEMBLÉIA GERAL DIA 8

O movimento docente e o Plano de Carreira com nova malha salarial são os temas centrais da Assembléia Geral dos professores da UFPB, marcada para o dia 8 de fevereiro, às 9h, no auditório da reitoria, Campus I. As perdas salariais dos docentes já somam cerca de 80%, depois de seis anos sem reajuste e de dificuldades de negociação com o governo federal.

A atual estrutura de composição salarial, incluindo GAE e GED, desfigura os salários por estar formada de gratificações, o que provoca arrocho salarial disfarçado em retalhos de remuneração.

Pelo menos 24 ações já foram ajuizadas pela ADUFPB-JP, em processo de reposição salarial, de 1991 a 2001. O trabalho do professor universitário está sendo mal remunerado em relação à qualificação profissional e em comparação a outras

universidades nacionais e internacionais. Daí a necessidade de uma nova malha salarial com o piso de R\$ 3.100 e teto de R\$ 9.300, defendido pelo sindicato.

A presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, ressaltou que outra importante discussão da Assembléia Geral será o posicionamento dos docentes do Campus I sobre a proposta do governo em mudar de estatutário para celetista o regime de contratação dos professores (novos concursados).

O projeto do MEC impõe o fim de vários direitos de professores e técnicos. Entre eles, o fim da estabilidade, isonomia salarial e paridade entre ativos e aposentados. Também significa a divisão das IFES em "centros de excelência" e "escolões de 3º grau". Quem não for centro de excelência não desenvolverá atividades de pesquisa e extensão.

## Pauta da Assembléia

### # Informes;

# Campanha Salarial 2001/Plano de Carreira;

# Plenária dos SPF's - Eleição Delegados;

# Congresso da ANDES-SN - Eleição Delegados;

## CONGRESSO DA ANDES-SN

Na Assembléia do dia 8 de fevereiro, os professores do Campus I também vão avaliar as discussões e decisões dos representantes das 52 seções sindicais dos docentes, que se reuniram dias 22 e 23 em Porto Alegre. Haverá, ainda, a eleição dos delegados que vão representar o Campus I da UFPB no Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais (11 de fevereiro, Brasília) e no Congresso da Andes (14 a 21 de fevereiro, UERJ).

Será no Congresso da Andes que a categoria voltará a discutir as estratégias de luta para dirigir o movimento nacional nos próximos meses. O que preocupa é a proposta de luta pelo setor da Educação, que

não está clara. A educação superior inclui o setor federal, estadual, municipal e CEFETs, o que contraria a tese defendida por muitos de lutar por uma pauta específica e exclusiva das IFES.

Com isso, é possível uma negociação concreta de um plano de carreira, defendido pela ANDES para as IFES e que não é comum para as demais universidades de educação superior do país. Este debate abrange os nossos atuais problemas internos, como a própria GED e a proliferação de cursos de especialização como meio de obter complementação salarial. É um quadro que tem deixado os docentes divididos sobre a estratégia de enfrentamento ao governo.

## Solidariedade a sindicalistas

### Roberto Leher

A ADUFPB-JP está solidária ao presidente da ANDES, Roberto Leher, que vem sendo perseguido pela direção da Faculdade de Educação e pela reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com reitor interventor Henrique Vilhena. Leher foi dispensado das atividades docentes por decisão unânime de seu departamento, para exercer as atividades sindicais. A direção da faculdade e a reitoria tentam caracterizar seu afastamento como abandono de emprego. Não aceitaremos a repressão.

### Renô Macaúbas

Pelo menos 15 sindicatos na Paraíba, inclusive a ADUFPB-JP, estão dispostos a participar de atos públicos e manifestações em solidariedade a Renô Macaúbas, presidente do Sindicato dos Médicos da Paraíba. Ele corre o risco de ser condenado em processo por calúnia e difamação, movido pela diretora da colônia Juliano Moreira, Clélia Lucena, por ter feito denúncias sobre as condições desumanas a que são submetidos os doentes mentais. As denúncias de Renô Macaúbas foram feitas em 1986, com base num relatório documentado de 150 páginas, e culminaram no afastamento da diretora. Em 97, entretanto, ela reassumiu o cargo e processou o sindicalista, que havia retomado as críticas. Com isso, Clélia Lucena, além de se livrar das responsabilidades, ainda tenta calar Renô Macaúbas.

## Informes

Publicação da ADUFPB-JP. End.:  
Centro de Vivência da UFPB, Campus I -  
João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-  
970. Fone: 243-1212.  
E-mail: adufpbjp@openline.com.br  
Jornalista Responsável: Tatiana Learth  
DRT: 751/97 Estagiário: Edmilson Bandeira.

## Entidades realizam manifesto pela implantação da CPI da Corrupção

Na próxima quinta-feira, dia 5, será realizada, no Ponto de Cem Reis, a partir das 9h, uma grande manifestação em defesa da criação da CPI da Corrupção e pela exigência da Reposição Salarial integral, das perdas do FGTS relativas aos planos Verão e Collor, além do reajuste dos servidores públicos.

Durante todo o dia, as entidades envolvidas na manifestação coletarão assinaturas para o

manifesto pró-CPI da Corrupção.

À tarde, está programada uma caminhada que sairá da frente do Lyceu Paraibano, a partir das 14h.

No mesmo dia acontecerá, em Brasília, o Movimento da Cidadania contra Corrupção e em Defesa do Brasil, com a inauguração do "Painel da CPI".

Uma das propostas dos membros do Movimento é que painéis idênticos sejam espalhados

pela principais cidades do país, com a relação dos parlamentares que não apoiam a instalação da CPI para investigar as denúncias de corrupção nos três poderes.

A ADUFPB-JP estará participando ativamente das manifestações. Segundo a presidente da entidade, Aparecida Ramos, este é o momento em que todas as categorias devem unir forças para lutar contra a política neo-liberal do governo FHC.

## Seminário debateu o Projeto de Emprego Público

A Crise da Universidade e o Projeto de Emprego Público foram os temas de um seminário realizado no dia 28 de março, no campus I da UFPB.

No seminário, a tônica dominante dos expositores foi a necessidade de uma ampla campanha em defesa da instituição

pública, enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento independente e soberano do país.

Os expositores do Seminário foram: Rogério Viola, assessor jurídico da ADUFRGS, especialista em aspectos jurídicos da autonomia universitária;

Giusseppe da Costa, Procurador da UFRN; além de Roberto Leher, presidente da ANDES e Beatriz Couto, professora da UFMG e especialista em relações de trabalho intelectual na Universidade Contemporânea. O evento foi uma realização da ADUFPB-JP e o Fórum Universitário da UFPB.

***Professor, não esqueça!!!***

**Dia 5 de abril:**

**TODOS ÀS RUAS**

# Revista Conceitos

O prazo para entrega dos textos para a revista *Conceitos* termina no próximo dia 27 deste mês, e apenas os professores associados à ADUFPB-JP podem participar da publicação.

Os autores podem participar com trabalhos escritos em forma de poesia, contos ou ensaio, no entanto, os textos deverão focar assuntos voltados às áreas de ciência, tecnologia, educação, saúde e humanas. Os trabalhos de cunho científico deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

A diretoria da ADUFPB-JP informa que não haverá prorrogação de pra-

zo para o recebimento dos trabalhos, que poderão ser enviados para a sede da entidade, no Centro de Vivência, Campus I. No envelope, o colaborador deve remeter o trabalho em disquete com a seguinte formatação: espaço 2 (dois), corpo 12 (doze), tipo Times New Roman, com, no mínimo, 5 laudas e, no máximo, 15, com 35 linhas cada, bem como uma cópia impressa. Os autores podem enviar ainda fotos, gráficos, desenhos e figuras para ilustração dos textos. A expectativa da diretoria é de que a quinta edição da revista *Conceitos* seja lançada até o mês de maio próximo.

## Fim dos concursos públicos

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou no diário oficial, dia 27 de março, Portaria Interministerial em que fica proibida a realização de concursos públicos para provimento de cargo submetido ao Regime Jurídico Único. A portaria se estende às instituições federais de ensino que estejam

vinculadas ao MEC.

No entanto, as instituições que realizaram, até o dia 31 de janeiro desse ano, concurso público para provimento de cargos de Professores de 3º grau podem fazer as nomeações dos aprovados, obedecendo o limite pré-estabelecido para cada instituição. Veja quadro abaixo:

Instituição Federal de Ensino Superior	Límite
Escola Federal de Engenharia de Itajubá	2
Escola Superior de Agricultura de Mossoró	1
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	7
Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina	1
Fundação de Ensino Superior de São João del Rei	1
Fundação Universidade Federal do Amapá	10
Fundação Universidade do Amazonas	16
Fundação Universidade Federal de Pelotas	7
Fundação Universidade Federal de Rio Grande	6
Fundação Universidade Federal de São Carlos	7
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	4
Fundação Universidade Federal do Maranhão	11
Fundação Universidade Federal do Piauí	1
Universidade Federal da Bahia	86
Universidade Federal de Minas Gerais	17
Universidade Federal de Santa Maria	13
Universidade Federal de São Paulo	9
Universidade Federal do Rio de Janeiro	23
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	16
Universidade Federal Fluminense	1
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>

## Abono de Férias

A reitoria da UFPB enviou ao MEC uma solicitação de suplementação de verba para o pagamento do Abono Pecuniário aos professores da UFPB. A diretoria da ADUFPB-JP está acompanhando a tramitação do processo em Brasília.

No começo do ano, a Justiça Federal concedeu liminar que garante o pagamento de 1/3 de férias aos professores em atividade, no entanto, a UFPB não efetuou o pagamento.

## Sede de Leitura

Com o lançamento de seis livros e uma exposição em artes plásticas, a ADUFPB-JP abriu a edição 2001 do Projeto Sede de Leitura. O evento aconteceu no dia 30 de março, na sede sociocultural da entidade, rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco.

O Projeto Sede de Leitura foi criado há mais 3 anos com propósito de promover a divulgação da produção literária e artística dos professores do Campus I da UFPB. Nesses três anos, o Projeto Sede de Leitura já lançou mais de cem publicações, entre trabalhos no gênero conto, poesia, romance, além de obras nas áreas de música e artes plásticas.

Segundo o diretor cultural da ADUFPB-JP, José da Paz Alvarenga, o Projeto supre a falta de espaço que os autores dispõem para apresentar sua produção ao público. “Entendemos que, com o Projeto, estamos estimulando ainda mais a produção acadêmica dos docentes”, comentou José da Paz.

## Informes

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: [adufbjp@openline.com.br](mailto:adufbjp@openline.com.br) Jornalista Responsável: Tatiana Learth DRT: 751/97 Estagiário: Edmilson Bandeira.

## Entidades realizam manifesto pela implantação da CPI da Corrupção

Na próxima quinta-feira, dia 5, será realizada, no Ponto de Cem Reis, a partir das 9h, uma grande manifestação em defesa da criação da CPI da Corrupção e pela exigência da Reposição Salarial integral, das perdas do FGTS relativas aos planos Verão e Collor, além do reajuste dos servidores públicos.

Durante todo o dia, as entidades envolvidas na manifestação coletarão assinaturas para o

manifesto pró-CPI da Corrupção.

À tarde, está programada uma caminhada que sairá da frente do Lyceu Paraibano, a partir das 14h.

No mesmo dia acontecerá, em Brasília, o Movimento da Cidadania contra Corrupção e em Defesa do Brasil, com a inauguração do "Painel da CPI".

Uma das propostas dos membros do Movimento é que painéis idênticos sejam espalhados

pela principais cidades do país, com a relação dos parlamentares que não apoiam a instalação da CPI para investigar as denúncias de corrupção nos três poderes.

A ADUFPB-JP estará participando ativamente das manifestações. Segundo a presidente da entidade, Aparecida Ramos, este é o momento em que todas as categorias devem unir forças para lutar contra a política neo-liberal do governo FHC.

## Seminário debateu o Projeto de Emprego Público

A Crise da Universidade e o Projeto de Emprego Público foram os temas de um seminário realizado no dia 28 de março, no campus I da UFPB.

No seminário, a tônica dominante dos expositores foi a necessidade de uma ampla campanha em defesa da instituição

pública, enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento independente e soberano do país.

Os expositores do Seminário foram: Rogério Viola, assessor jurídico da ADUFRGS, especialista em aspectos jurídicos da autonomia universitária;

Giussepi da Costa, Procurador da UFRN; além de Roberto Leher, presidente da ANDES e Beatriz Couto, professora da UFMG e especialista em relações de trabalho intelectual na Universidade Contemporânea. O evento foi uma realização da ADUFPB-JP e o Fórum Universitário da UFPB.

***Professor, não esqueça!!!***

**Dia 5 de abril:**

**TODOS ÀS RUAS**



# Revista Conceitos

O prazo para entrega dos textos para a revista *Conceitos* termina no próximo dia 27 deste mês, e apenas os professores associados à ADUFPB-JP podem participar da publicação.

Os autores podem participar com trabalhos escritos em forma de poesia, contos ou ensaio, no entanto, os textos deverão focar assuntos voltados às áreas de ciência, tecnologia, educação, saúde e humanas. Os trabalhos de cunho científico deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

A diretoria da ADUFPB-JP informa que não haverá prorrogação de pra-

zo para o recebimento dos trabalhos, que poderão ser enviados para a sede da entidade, no Centro de Vivência, Campus I. No envelope, o colaborador deve remeter o trabalho em disquete com a seguinte formatação: espaço 2 (dois), corpo 12 (doze), tipo Times New Roman, com, no mínimo, 5 laudas e, no máximo, 15, com 35 linhas cada, bem como uma cópia impressa. Os autores podem enviar ainda fotos, gráficos, desenhos e figuras para ilustração dos textos. A expectativa da diretoria é de que a quinta edição da revista *Conceitos* seja lançada até o mês de maio próximo.

## Fim dos concursos públicos

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou no diário oficial, dia 27 de março, Portaria Interministerial em que fica proibida a realização de concursos públicos para provimento de cargo submetido ao Regime Jurídico Único. A portaria se estende às instituições federais de ensino que estejam

vinculadas ao MEC.

No entanto, as instituições que realizaram, até o dia 31 de janeiro desse ano, concurso público para provimento de cargos de Professores de 3º grau podem fazer as nomeações dos aprovados, obedecendo o limite pré-estabelecido para cada instituição. Veja quadro abaixo:

Instituição Federal de Ensino Superior	Limite
Escola Federal de Engenharia de Itajubá	2
Escola Superior de Agricultura de Mossoró	1
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	7
Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina	1
Fundação de Ensino Superior de São João del Rei	1
Fundação Universidade Federal do Amapá	10
Fundação Universidade do Amazonas	16
Fundação Universidade Federal de Pelotas	7
Fundação Universidade Federal de Rio Grande	6
Fundação Universidade Federal de São Carlos	7
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	4
Fundação Universidade Federal do Maranhão	11
Fundação Universidade Federal do Piauí	1
Universidade Federal da Bahia	86
Universidade Federal de Minas Gerais	17
Universidade Federal de Santa Maria	13
Universidade Federal de São Paulo	9
Universidade Federal do Rio de Janeiro	23
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	16
Universidade Federal Fluminense	1
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>

## Abono de Férias

A reitoria da UFPB enviou ao MEC uma solicitação de suplementação de verba para o pagamento do Abono Pecuniário aos professores da UFPB. A diretoria da ADUFPB-JP está acompanhando a tramitação do processo em Brasília

No começo do ano, a Justiça Federal concedeu liminar que garante o pagamento de 1/3 de férias aos professores em atividade, no entanto, a UFPB não efetuou o pagamento.

## Sede de Leitura

Com o lançamento de seis livros e uma exposição em artes plásticas, a ADUFPB-JP abriu a edição 2001 do Projeto Sede de Leitura. O evento aconteceu no dia 30 de março, na sede sociocultural da entidade, rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco.

O Projeto Sede de Leitura foi criado há mais 3 anos com propósito de promover a divulgação da produção literária e artística dos professores do Campus I da UFPB. Nesses três anos, o Sede de Leitura já lançou mais de cem publicações, entre trabalhos no gênero conto, poesia, romance, além de obras nas áreas de música e artes plásticas.

Segundo o diretor cultural da ADUFPB-JP, José da Paz Alvarenga, o Projeto supre a falta de espaço que os autores dispõem para apresentar sua produção ao público. “Entendemos que, com o Projeto, estamos estimulando ainda mais a produção acadêmica dos docentes”, comentou José da Paz.

## Informes

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: [adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br) Jornalista Responsável: Tatiana Learth DRT: 751/97 Estagiário: Edmilson Bandeira.

## Fundos Setoriais: Muito a se discutir

A edição da lei federal 10.197/2001, a propósito da criação do "Fundo Setorial" de Infra-Estrutura das Universidades deve ser objeto de extenso e profundo debate no movimento docente brasileiro. A ADUFPB-JP, em breve, divulgará um artigo analítico sobre a matéria.

Por enquanto, vamos somente fazer algumas observações:

- 1 – As propostas dos FUNDOS SETORIAIS foram lançadas no ano passado pelo ministro da Educação Paulo Renato junto com o Projeto de Emprego Público, que celetiza e modifica drasticamente a carreira docente. Os dois projetos compõem um conjunto. É ilusório separar um e outro.
- 2 – O objetivo primordial dos FUNDOS é organizar institucionalmente a pesquisa científica de molde a fazê-la funcionar como um Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do setor privado. Devemos lembrar que os FUNDOS vêm preencher a lacuna deixada pela desativação dos antigos departamentos de pesquisa das estatais privatizadas.  
Constituir-se numa estrutura ancilar de P&D das empresas privadas, aliás, é o motivo da completa ausência das chamadas Humanidades nos FUNDOS. As humanidades só tem lugar na pesquisa científica contemporânea se a elite no poder tiver um Projeto Nacional. O mais, no caso das Humanidades, significará sucumbir na irrelevância temática e sobreviver das migalhas do banquete. À título de exemplo de um Estado com Projeto Nacional: o governo francês, através do primeiro ministro Jospin, o ano passado, divulgou suas prioridades de pesquisa; lá estava uma prioridade intitulada "Estado Nacional e Relações Internacionais".
- 3 – Os FUNDOS não podem substituir recursos ordinários do tesouro para o desenvolvimento das universidades. Devemos estar atentos em relação a isso.
- 4 – A gestão dos FUNDOS nas Universidades podem padecer de dois defeitos – a criação de uma estrutura de grupos executivos paralela às estruturas de poder das Universidades, que à guisa de "gestão desburocratizada dos recursos" escapam do controle da comunidade universitária e a criação de "estruturas intermediárias" entre os pesquisadores e as agências de fomento. Pode-se criar a figura do pesquisador que, mais que dedicado ao laboratório, transforme-se, na verdade, em um "empresário intelectual".
- 5 – Devemos "jogar o jogo" dos fundos setoriais. Eximir-se da disputa é posição inconseqüente. Porém, devemos manter o senso crítico.

**O debate começou!!!**

**Professor,** inscreva-se para o **Sede de Leitura**



# REITORES BOICOTAM REUNIÃO COM O GOVERNO

O dia 26 de abril foi marcado por um boicote dos Reitores das universidades federais. Os Reitores foram convidados para a solenidade, no Palácio do Planalto, de lançamento do fundo que financiaria a pesquisa nas universidades.

O impasse ocorreu devido a duas notícias: a de que a equipe econômica barrou a abertura de duas mil vagas para professores e a do impedimento da concessão de uma prometida gratificação para os servidores administrativos.

Na ocasião, só quem compareceu foi o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emídio Cantídio, para entregar uma carta endereçada ao ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, onde cobrava a promessa do governo.

Diante do boicote, o ministro da Educação conseguiu um encontro de Cantídio com FHC. Segundo o presidente da Andifes, Fernando Henrique prometeu discutir o assunto exposto por Emídio Cantídio com a equipe econômica. Contudo, os reitores acreditam que uma

resposta negativa do Governo pode ocasionar uma nova greve nas universidades

Depois do comunicado do ministro da Educação, Paulo Renato, ao presidente da Andifes, Emídio Cantídio, que dificilmente irá abrir duas mil vagas para professores este ano - isso implica dizer que os professores substitutos não poderão ser efetivados -, a qualidade do ensino universitário no país está comprometida. Além disso, há uma portaria dos ministérios da Educação e do Orçamento e Gestão que impede a contratação desses profissionais.

Essa notícia entra em contradição com o que havia dito o secretário de Ensino Superior do MEC, Antônio MacDowell, quando garantiu a realização do concurso, durante uma reunião de pleno da Andifes no início de abril.

O último concurso foi realizado em 1998 e, atualmente, existem no país 42 mil docentes concursados. Para regularizar a situação e não deixar que os professores efetivos sejam sobrecarregados, seria necessária a contratação de no mínimo sete mil profissionais.

Fontes: O Globo e Jornal do Commercio 27/4 e 4/5/2001

Contra**Contra**Contra

**Projeto  
de Emprego  
Público do MEC**

## Revista Conceitos

A Comissão Editorial da revista Conceitos se reúne na próxima sexta-feira, dia 10, para organizar a edição do periódico.

A Comissão pretende publicar, até o mês de junho próximo, a quinta edição da revista. Os temas abordados pelos colaboradores foram Universidade Educação, Neoliberalismo, Questões Regionais, entre outros.

O prazo para entrega das colaborações encerrou-se no dia 27 de abril último.

## Errata

Devido a um erro de impressão, alguns exemplares do *AdufInforma*, edição nº 88, de maio de 2001, saíram com uma falha na matéria *Professor da UFPB receberá Prêmio Jabuti de Literatura*.

O problema técnico, certamente, não compromete os méritos do professor Carlos Cartaxo que é o primeiro paraibano a ganhar um dos maiores prêmios da América Latina em Literatura.

## Internautas

Informe-se sobre a *Campanha Salarial* e o *Projeto de Emprego Público*, entre outros assuntos, no site da ADUFPB-JP.

O endereço eletrônico é [www.adufpbjp.com.br](http://www.adufpbjp.com.br).

## Informes

Publicação da ADUFPB-JP End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970

Fone: 243-1212.

E-mail: [adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br)  
Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97  
Estagiários: Edmilson Bandeira  
Odinaldo Costa.



## ADUFPB-JP participa de manifestação em Brasília

Uma delegação de onze pessoas representando a ADUFPB-JP participou da marcha contra o apagão e a corrupção, realizada em Brasília - DF, dia 27 de junho último. O número de participantes foi o maior que a entidade já mobilizou para uma manifestação na Capital Federal.

Embora os números fornecidos pela polícia local à imprensa afirmem que apenas 30 mil pessoas, aproximadamente, compareceram à marcha, de acordo com os organizadores do ato, mais de 70 mil manifestantes participaram da

caminhada, sendo este o maior protesto já realizado contra a política neoliberal adotada pelo governo de FHC.

Na opinião da presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, o saldo da manifestação foi positivo, principalmente se considerar a quantidade expressiva de pessoas que participaram do movimento. "Isso reflete o grau de insatisfação do povo brasileiro com este governo entreguista", comentou Aparecida.

A professora elogia o esforço da oposição para realizar o ato, no entanto, uma das maiores

preocupações da presidente é quanto aos reflexos daquela manifestação perante a sociedade brasileira. "Que lição os sindicatos, partidos de esquerda, entidades religiosas e sindicais tiraram do protesto, e que desdobramentos eles darão para fortalecer ainda mais a luta contra o governo?", questiona Aparecida. Segundo ela, deve-se transformar a mobilização em um processo organizativo de forças que atuem contra o projeto neoliberal de FHC, e que as ações se desdobrem continuamente para o desgaste do governo e alternativas de poder.

## Assembléia definirá estratégias de luta

A reunião do Setor das Federais, ocorrida no dia 28 de junho, em Uberlândia, MG, definiu um plano de lutas que foi referendado no 42º CONAD. Diante disso, a diretoria da ADUFPB-JP convoca os docentes à discussão e à deliberação do plano, em **Assembléia Geral**, que acontecerá no **dia 24 de julho, às 9h, auditório 412 - CCHLA**.

### Propostas de Luta:

- Realização de paralisação de advertência com duração de uma semana, de 10 a 14 de setembro;
- Realização de uma rodada nacional de AG, em data posterior à paralisação de setembro, a fim de avaliar o processo de mobilização e as possibilidades de greve e/ou outras formas de luta, indicando aquela que na conjuntura deve vir a ser prioritária com definição das pautas que devem orientá-las, incluindo na discussão os seguintes pontos específicos, nos termos das deliberações do 19º Congresso do ANDES-SN;
  1. Incorporação da GAE e dos valores máximos da GED;
  2. "Lutar pela INCORPORAÇÃO EMERGENCIAL DA GED, pelos seus valores máximos aos salários básicos de todos os docentes do magistério superior de 1º e 2º graus, ativos ou aposentados, e aos dos respectivos(as) pensionistas";
  3. Implantação do piso salarial;
  4. Implantação da carreira única do ANDES-SN;
  5. Isonomia na categoria;
  6. Contra o Projeto de Emprego Público e pela Contratação pelo RJU para recomposição do quadro das IFES.
- Que o ANDES-SN trabalhe no interior da CUT a construção da greve geral para o 2º semestre de 2001;
- Referendar o conjunto de ações que já estão sendo construídas pela CNESF, tanto no âmbito jurídico quanto no político, referente à decisão do STF que declarou a omissão do governo em relação a questão do reajuste salarial dos servidores;
- Realização de um Encontro Nacional cujo tema central seja a questão da mobilização e definição de estratégias de envolvimento da categoria viabilizando a participação das Seções Sindicais;
- Desenvolver campanha nacional em defesa da Universidade Pública levando-se em consideração que a mesma pressupõe um projeto que a defina, assim como implicações referentes à urgência da mesma e seu custeio;
- Integrar a preparação da Marcha em defesa da Educação Pública em Brasília em 3 de outubro, atividade do DNTE/Ramo da Educação, com participação nas atividades nos municípios e estados.

# De Direito: FGTS/ABONO PECUNIÁRIO e 3,17%

**FGTS** - ADUFPB/JP possui dois processos referentes ao FGTS. O primeiro deles encontra-se no TRF da 5ª Região, aguardando a publicação da decisão que rejeitou os embargos declaratórios da CEF.

Nesse processo, foi assegurado a um grupo de aproximadamente 900 docentes, o direito a quatro índices de correção dos saldos das contas vinculadas, no período compreendido entre 1987 e 1991. A decisão mencionada confere aos docentes dois índices a mais do que os reconhecidamente devidos pelo Supremo Tribunal Federal, o que ensejará provável recurso da CEF para o STJ e o STF.

Diante deste quadro, a assessoria jurídica propõe à Diretoria do sindicato, que haja a desistência do processo em relação aos índices cuja aplicação foi rejeitada pelo STF. Na próxima assembléia da entidade será apreciada a proposta apresentada pela Assessoria Jurídica, a qual tem a finalidade de agilizar o andamento do processo.

**ABONO PECUNIÁRIO** - O recesso judiciário no mês de julho impediu que fosse julgado o agravo regimental interposto pela ADUFPB/JP, o qual ataca a decisão, do Presidente do TRF da 5ª Região, de suspender a execução da sentença proferida pelo Juiz da 2ª. Vara Federal da Paraíba – Dr. Alexandre Luna Freire. Somente no mês de agosto é que há a possibilidade de julgamento do referido agravo, de modo a possibilitar o pagamento do benefício assegurado.

**3,17%** - Transitou em julgado o processo movido pela ADUFPB/JP, que persegue o direito ao percentual de 3,17%. Trata-se de um resíduo inflacionário não aplicado sobre os vencimentos dos servidores públicos no mês de janeiro de 1995. A Assessoria Jurídica do sindicato requereu a incorporação do percentual conquistado, o que foi deferido pelo Juiz da 1ª. Vara Federal da Paraíba – Dr. João Bosco. A UFPB foi citada para implantar o percentual deferido nos vencimentos de todos os sindicalizados, o que deverá ser feito na próxima folha de pagamento.

## ADUFPB-JP DEBATE CRISE ENERGÉTICA E GOVERNABILIDADE

Os professores, alunos e funcionários da UFPB, além da comunidade em geral participaram, no dia 3 deste mês, do debate *Crise Energética e Governabilidade*. O evento aconteceu no Centro de Vivência do Campus I, e contou com participação do professor da UnB, Membro do Conselho da revista Caros Amigos e Consultor Internacional, Bautista Vidal, e o Coordenador Nacional do Movimento Nativista e do Núcleo de Estudos Estratégicos, Coronel Francimá de Luna Máximo.

Na ocasião, os palestrantes comentaram a atual crise energética do país, apontando os principais problemas e a inércia do governo, e as providências tomadas para solucionar

a crise, a exemplo do racionamento e a ameaça do apagão.

Segundo o coronel Francimá Máximo “existe uma crise moral que acompanha a crise energética”. No seu discurso, ele fez questão de frisar que “tem uma postura firmada para o problema, mas não como salvador de nada, nem dono de verdades dogmáticas, e sim que ele defende o Brasil, dentro da realidade do próprio Brasil”.

O professor Bautista Vidal acredita que, diante da capacidade energética do Brasil, é necessário ter consciência da realidade do país. Segundo ele, a única solução para o problema da crise energética no Brasil, e também do mundo, seria o

aproveitamento direto da energia solar através da biomassa. O professor chama a atenção, ainda, para os dois grandes colapsos que o planeta está sofrendo. O colapso dos combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão mineral que estão acabando, e o ambiental, decorrente da queima exacerbada dos combustíveis que provoca o efeito estufa.

Contudo, o professor da UnB chama as responsabilidades para o sistema educacional, especialmente as universidades. Ele acredita que essas entidades deveriam estar de prontidão 24 horas por dia, discutindo questões como a apresentada no debate e levando informações para a sociedade.

### Agende-se

## Reunião das Entidades dos SPFs

**Dia 16 de julho**  
(segunda-feira)

**às 16h**

**Local:**

**ADUFPB-JP**

## InformeS

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa  
Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970

Fone: 243-1212.

E-mail: [adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br)  
Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97  
Estagiários: Edmilson Bandeira  
Odinaldo Costa.

## Crise da UFPB será exposta à população

A ADUFPB-JP, SINTESP-PB e o DCE estão mobilizando a comunidade universitária para uma manifestação, dia 2 de agosto, no Parque Solon de Lucena - Lagoa.

Os manifestantes se concentrarão no Centro de Vivência, a partir das 9h, e, em seguida, seguirão em marcha até a Lagoa.

A manifestação obedecerá o calendário de atividades dos Servidores Públicos Federais que prevê uma mobilização da categoria em nível nacional, nos dias 1 e 2 de agosto.

Como alternativa de protesto, várias tendas serão montadas no Parque Solon de Lucena para que os Departamentos do Campus I da UFPB exponha os trabalhos produzidos na instituição.

Uma das propostas da exposição é mostrar à população que, mesmo passando por um processo de sucateamento, além da situação dos servidores que estão há mais de sete anos sem reajuste salarial, a UFPB continua cumprindo o seu papel perante a sociedade.

Segundo a presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, é preciso despertar a população para a realidade do ensino superior no país. "A sociedade não pode permitir que o governo destrua um dos maiores patrimônios do povo: a universidade, sinônimo de desenvolvimento nacional", alertou Aparecida Ramos.

### Prazo de entrega de artigos para Conceitos é definido

Os professores que desejam colaborar com a sexta edição da revista Conceitos podem enviar os artigos até dia 28 de setembro.

As regras para a colaboração seguem as normas da edição anterior, ou seja, os autores podem enviar artigos, ensaios, crônicas e poesias, no entanto, os assuntos devem versar sobre universidade, educação, ciência, tecnologia, saúde e humanas.

Os textos científicos têm que, necessariamente, obedecer às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, além da seguinte formatação: espaço 2, corpo 12, fonte Times New Roman, com 5 laudas e, no máximo, 15, com trinta e cinco linhas cada página.

Os trabalhos devem ser

entregues na sede da ADUFPB-JP, ou enviados pelo endereço eletrônico [adufpbjb@openline.com.br](mailto:adufpbjb@openline.com.br).

No caso de os textos serem entregues em mãos, os autores deverão fornecer o trabalho digitado, além de uma cópia impressa.

Desde a edição anterior, a revista Conceitos conta com o registro do ISSN - Numeração Internacional para Publicações Seriadas -, com isso, o periódico constará no catálogo de publicações da Biblioteca Nacional.

A expectativa da diretoria da ADUFPB-JP é lançar a Conceitos até a primeira quinzena do mês de dezembro.

### Semestre ameaçado

A indignação com a atual política educacional do governo federal atingiu a esfera dos dirigentes de instituições de ensino superior. Em reunião realizada no dia 11 de julho, em Brasília, o Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, lançou um manifesto denunciando o descumprimento, por parte do governo, de acordos firmados com os dirigentes.

Segundo o manifesto, os reitores afirmam que se os acordos não forem cumpridos, o início do 2º Semestre Letivo - 2001 está ameaçado, diante da falta de estrutura. Na opinião da professora Maria Limeira, membro da diretoria da ADUFPB-JP, o MEC e a estrutura governamental não cumprem com o acordo em relação às IFES e, no entanto, não só a ANDES, Fasubra, DCE e a ANDIFES, constatam que o governo não quer se responsabilizar pelo ensino público superior.

A ADUFPB-JP disponibiliza cópias do manifesto da ANDIFES.

**Acesse:**

**[WWW.adupbjp.com.br](http://WWW.adupbjp.com.br)**



**ADUFPB-JP/SSIND**  
**Prestação de Contas**  
 (Acumulado de 1 de Janeiro a 31 de maio de 2001)

**1 - PATRIMÔNIO SOCIAL**

RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	588.891,15
RESERVAS DE REAVIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	71.291,85
<b>TOTAL</b>	<b>660.183,00</b>

**2 - RECEITAS**

CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS	310.467,90
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.211,61
RECEITA MAQUINA COPIADORA	7.178,29
RECEITA SEDE SÓCIO CULTURAL	135,75
ALIENAÇÃO IMOBILIZADO (COPIADORA)	2.920,00
RECUPERAÇÃO DE RECEITAS/DIVERSAS	2.548,31
<b>TOTAL</b>	<b>328.461,86</b>

**3 - OBRIGAÇÕES**

SOCIAIS	11.649,13
TRIBUTÁRIAS	611,78
FORNECEDORES	1.385,00
CHEQUES A COMPENSAR	1.716,98
<b>TOTAL</b>	<b>15.362,89</b>

**4 - DESPESAS**

ADMINISTRATIVAS	60.731,12
COM PESSOAL	84.088,84
FINANCEIRAS	1.554,00
TRIBUTÁRIAS	546,96
REPASSES ESTATUTÁRIOS	78.922,30
SEDE SÓCIO CULTURAL	16.799,16
COM EVENTOS ( PALESTRAS, SEMINÁRIOS )	62.312,75
DIVULGAÇÃO / IMPRENSA	14.849,20
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	12.202,72
<b>TOTAL</b>	<b>332.007,05</b>

**5 - PERMANENTE**

INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRÁS)	5.346,45
IMOBILIZADO	529.863,73
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(67.259,47)
<b>TOTAL</b>	<b>467.950,71</b>
<b>SALDO ( 1+2+3 ) - ( 4+5 )</b>	<b>204.049,99</b>

**DETALHAMENTO DO SALDO**

**A - DISPONIBILIDADES**

EM CAIXA	559,51
EM BANCOS	26.835,75
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	161.395,92

**SUB - TOTAL**

188.791,18

**B - CONTAS A RECEBER**

EMPRÉSTIMOS INTERSINDICAIS	2.500,00
ADIANTAMENTOS SALARIAIS	1.900,26
VALORES A RECUPERAR	8.358,11
DEPOSITO VINCULADO (RALP)	2.500,44

**SUB - TOTAL**

15.258,81

**TOTAL**

**204.049,99**

MARCELO SOARES BARBOSA (CONTADOR CRC - PB 004138/0-5)

## Opinião Docente

A partir da próxima semana, a ADUFPB-JP disponibilizará um espaço na página eletrônica da entidade ([www.adufpbjp.com.br](http://www.adufpbjp.com.br)) para a veiculação de artigos produzidos pelos professores da UFPB.

Os autores poderão discorrer sobre qualquer tema, no entanto, os artigos devem ser escritos com fonte *Times New Roman*, Tamanho 12, com, no mínimo, 35 linhas e, no máximo, 3 (três) laudas. Outra orientação da diretoria é de que os autores deverão assinar os respectivos artigos.

Os textos podem ser enviados para a Assessoria de Imprensa da ADUFPB-JP pelo endereço eletrônico: [adufpbjb@openline.com.br](mailto:adufpbjb@openline.com.br), ou o colaborador pode entregá-lo na própria Assessoria, no Centro de Vivência - Campus I.

No caso de os textos serem entregues em mãos, os autores deverão fornecer o trabalho digitado, além de uma cópia impressa.

A diretoria da ADUFPB-JP lembra aos leitores que as idéias apresentadas nos artigos serão de inteira responsabilidade dos autores e não representarão, necessariamente, o pensamento da direção.

## Informes

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa  
Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970

Fone: 243-1212.

E-mail: [adufpbjb@openline.com.br](mailto:adufpbjb@openline.com.br)

Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97

Estagiários: Edmilson Bandeira

Odinaldo Costa.

## **Professores universitários entram em greve no dia 22 de agosto**

Os docentes do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do Andes-SN, reunidos em Brasília, no dia 04 de agosto de 2001, indicaram, por unanimidade, GREVE NACIONAL a partir de 22 de agosto. Os representantes das 29 Seções Sindicais presentes estabeleceram que a GREVE deve ser ativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade, com amplas assembléias e mobilizações no conjunto das universidades públicas brasileiras.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN - informa à opinião pública que as medidas governamentais que objetivam viabilizar um superávit orçamentário de 3,5% do PIB, conforme acordo com o FMI, para o pagamento da dívida pública, inviabilizarão o funcionamento digno das Instituições Federais de Ensino. É responsabilidade da comunidade universitária exigir um basta a essas medidas. A permanente corrida atrás de complementação orçamentária para custear níveis cada vez mais indigentes de funcionamento das instituições; a ausência de concursos regulares para docentes, cujo déficit alcança oito mil vagas; os salários incompatíveis com a dignidade e a responsabilidade da profissão docente; a degradação acelerada da infra-estrutura, são marcas da política anti-universitária do MEC. Após seis anos de governo FHC e de gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, não é mais possível tolerar esses ataques que, lastimavelmente, recrudescem na medida em que se agudiza a falência do modelo econômico neoliberal.

De fato, como se não bastassem as ignominiosas ações já efetivadas, o novo acordo com o FMI, inspirado nas violentas medidas adotadas pela Argentina, irá requerer cortes ainda mais violentos como a redução de salários, por meio da redução das gratificações (já em curso na carreira dos técnico-administrativos), em especial da GAE, o item que compõe a maior parte do vencimento dos servidores, e do aprofundamento da ruptura da isonomia entre os docentes das carreira de terceiro grau e do ensino básico e da paridade entre ativos e aposentados – medidas encaminhadas por meio do projeto de emprego público que o MEC pretende apresentar ao Congresso Nacional. O referido projeto de emprego público significa um gigantesco passo na direção da privatização completa das instituições federais, extinguindo a estabilidade no emprego – uma conquista secular das universidades, sem a qual não é possível a plena autonomia individual do professor e, por conseguinte, a própria autonomia universitária constitucionalmente garantida – a aposentadoria integral e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nem mesmo os crédulos, que julgaram que o “responsável” professor Fernando Henrique apoiaria as universidades, hoje acreditam nessa versão e imagem cuidadosamente cultuadas pela mídia comprometida com o projeto neoliberal adotado pelo governo. Vale lembrar que ainda no início de seu primeiro mandato, indagado sobre a primazia de sua política educacional, o Presidente respondeu: “a universalização do ensino primário e a freagem do crescimento da universidade federal” (Archard e Flores, *Gobernabilidad: un reportaje de América Latina*. México: PNUD/Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 85). O Ministro Paulo Renato, em entrevista à revista Exame (10/06/96), completou: “a ênfase no ensino universitário foi característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias (...) hoje este modelo está em agonia terminal”. A ideologia da globalização fornece ao Ministro argumentos para sustentar que “o acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* de que necessitam. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz mais sentido do ponto de vista econômico”. O Sr. Ministro parece esquecer que 99% das patentes pertencem a corporações multinacionais dos países do G-7 e que os custos da propriedade intelectual inviabilizam o acesso da população a direitos essenciais como os medicamentos, insumos agrícolas etc.

Essas orientações não são apenas intenções, mas, como vimos, políticas efetivas. Estudo do IPEA (CARBUCCI, P. R. Indicações sobre o Orçamento das IFES, Texto para discussão n. 752, RJ: IPEA, agosto de 2000) atesta a violenta redução das verbas de manutenção e desenvolvimento das IFES. O gasto total com as 39 universidades federais aparentemente se manteve relativamente inalterado no período após 1995. Mas, se os valores forem desagregados, o quadro é outro: os gastos com “despesas de capital” (recurso destinado a bibliotecas, insumos, melhoria de instalações etc.) despencou 80%: de já irrisórios R\$ 173 milhões em 1995 para R\$ 31 milhões em 1998.

Ao mesmo tempo, o fornecimento de ensino superior pelo setor privado foi vigorosamente apoiado. A liberalização do “mercado educacional” fez com que o crescimento do setor privado fosse não apenas acentuado, mas implementado sem quaisquer formas de controle social. Proliferaram, na atual gestão do MEC, cursos irregularmente abertos fora de sua sede por universidades que, a rigor, não poderiam ostentar este título caso o Art. 207 da Constituição Federal estivesse sendo respeitado. Em nítido contraste com o financiamento das Federais, em apenas dois anos foram liberados R\$ 750 milhões do BNDES para as instituições privadas. Na prática, o controle de qualidade do ensino foi reduzido ao chamado “produto final”, por meio do Exame Nacional de Cursos em que quatro ou cinco anos de formação são avaliados por pouco mais de uma dúzia de questões de múltipla escolha, negando a autonomia universitária e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (portanto, a própria Constituição Federal) e, ainda, a verdadeira avaliação acadêmica que deveria acompanhar toda a formação dos estudantes.

O Conselho Nacional de Educação, em vez de um órgão de Estado, como previsto no projeto de LDB original, assumiu a feição institucional de órgão de Governo. Atualmente, sua composição assemelha-se a um condomínio de representantes do setor privado. Até mesmo conselheiros vinculados ao projeto governamental como J. A. Giannotti e Eunice Durhan, apesar de artífices do projeto educacional neoliberal, mostram-se constrangidos com o clima de negócios que ronda o MEC, situação que levou o Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Renato a se afastar do cargo. Um representante da Fundação Cesgranrio, possível doadora de impressionantes R\$ 500 mil para a reeleição de FHC, foi nomeado membro do CNE enquanto que a Cesgranrio recebeu a atribuição de elaborar parte do “Provão”, um contrato que seguramente envolve valores significativos e confere considerável poder para a mesma.

As universidades públicas reagiram ao processo de desmonte e ampliaram a oferta de matrículas apesar de inédita redução do quadro docente. Professores e estudantes, por mérito das universidades, de denodados membros dos comitês da Capes e do CNPq que lutaram pela manutenção das quotas de bolsas, e do esforço pessoal, qualificaram-se por meio do mestrado e do doutorado. Assim a produção científica cresceu.

Porém, essa expansão heróica trouxe seqüelas. Fundações privadas foram constituídas nas IFES, redefinindo-as como instituições de venda de serviços, em detrimento de seu caráter de instituição fomentadora de pesquisa orientada pelas questões lógicas internas do campo científico e pelas necessidades sociais. Este processo insidioso de privatização tem como combustível o arrocho salarial decorrente de sete anos de congelamento salarial, visto que a gratificação imposta pelo MEC, além de irrisória e antiacadêmica, discrimina aposentados e docentes da carreira do ensino básico das IFES.

Em suma, o projeto governamental em curso já avançou a ponto de despedaçar o caráter público das Instituições Federais de Ensino Superior. O ensino de qualidade, associado à pesquisa, já não encontra nessas instituições o ambiente necessário ao seu desenvolvimento. A participação das instituições privadas no ensino superior não pára de crescer, sufocando as públicas. A adesão dos docentes ao movimento de greve, nesse sentido, é um gesto de luta em defesa do ensino público de alta qualidade, voltado para as necessidades da maioria da sociedade brasileira.

Brasília 6 de agosto de 2001

**Acesse:**

**[www.adupbjp.com.br](http://www.adupbjp.com.br)**

**InformeS**

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa  
Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970

Fone: 243-1212.

E-mail: [adufbjp@openline.com.br](mailto:adufbjp@openline.com.br)

Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97

Estagiários: Edmilson Bandeira

Odinaldo Costa.



## **ABONO PECUNIÁRIO: DIREITO OU PRIVILÉGIO NA UFPB**

Uma vaga de escândalos sacode o país. Manietada pela informação dirigida, a sociedade não reage aos sucessivos atos de agressão à dignidade e honra de uma Nação à deriva.

A Paraíba também é palco dessas imoralidades impunes. Neste quadro de inconformismo, surge um fato que merece discussão pública e um posicionamento de quem de direito: a ADUFPB-JP requereu o pagamento do abono pecuniário para todos os seus associados.

Segundo a norma, a administração universitária, através de seus procuradores jurídicos, interpôs ação, impedindo assim que se efetivasse o esperado pagamento de 1/3 das férias dos servidores. No momento, o processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal para o veredicto daquela instância superior, com a possibilidade de devolução por parte dos docentes.

Os procuradores também solicitaram para si o pagamento do abono pecuniário. Mas deixaram correr frouxo o processo. Não fizeram interpelação de recurso cabível Vergonhosamente, apresentam como justificativa para tal procedimento o astuto argumento de que entendem que "...a matéria ali pretendida era pacífica nos tribunais"! Segundo a própria Procuradoria da UFPB, por meio do parecer de nº 144/2001, enviado ao Gabinete do Reitor, o tratamento diferenciado justifica-se pelo fato de que "...em razão de repercussão econômica que envolve as demandas promovidas pelos sindicatos, nos é imposto um redobrado cuidado em defesa da Instituição, em defesa do Erário Público.

Pelas justificativas apresentadas pela Procuradoria depreende-se que, juridicamente, as ações divergem em razão dos impetrantes. Senão vejamos, para o caso dos professores que pleitearam o pagamento do abono pecuniário, o objeto de demanda não é pacífico nos Tribunais, posto que a repercussão econômica da demanda é de tal monta que impele o ingresso de todos os tipos de recursos judiciais – alguns deles meramente procrastinatórios. Advogando, no entanto, em causa própria, os procuradores apegam-se a um argumento diametralmente oposto: entendem que descabe a impetração de recurso judicial, visto que o valor da ação é irrisório!

Se não temos aqui uma desmostração clara da política de dois pesos e duas medidas, temos a demonstração cabal que na defesa de interesses próprios não cabem recursos, enquanto que no combate de interesses dos professores, todos os recursos possíveis devem ser interpostos, Esta lógica fulmina a ordem jurídica pelo descumprimento de dever legal por parte daqueles que, na defesa dos supostos interesses da UFPB, apelam para todas as instâncias a fim de que seja revista esta decisão judicial concessória do pagamento do abono pecuniário dos docentes e que, em contrapartida, se omitem de impetrarem ditos recursos quando os beneficiários da decisão judicial são os mesmos que têm a obrigação funcional de defender a Universidade Federal da Paraíba, os interesses do Erário. Atentando à Autonomia Universitária, à Ética e à moral.

Com a palavra a Procuradoria Geral da República no Estado da Paraíba.

**Prezado colega, lute por seus direitos. A ADUFPB-JP necessita de sua ativa participação**

João Pessoa, 2 de agosto de 2001  
CONSELHO DE REPRESENTANTES  
DIRETORIA EXECUTIVA

**Em manifesto lançado no mês passado, o Conselho Pleno da Andifes alerta à sociedade que o início do 2º Semestre Letivo estará ameaçado caso o governo não cumpra o acordos firmados entre as IFES e o MEC. Leia na íntegra o conteúdo do manifesto.**

## Manifesto

O Conselho Pleno da Andifes reunido em Brasília no dia 11 de julho de 2001, diante da responsabilidade legal e acadêmica dos dirigentes com a gestão das IFES, os alunos, servidores e a sociedade manifesta por unanimidade que no ano de 1998 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, propôs ao MEC um protocolo de intenções comprometendo às IFES a expansão de 10% ao ano das vagas discentes de graduação e pós-graduação.

Em contrapartida, o MEC deveria ampliar o orçamento de manutenção de mesma taxa, além de efetivar no quadro os 8000 docentes nas vagas então existentes e o número fixo de técnico-administrativo igual ao de 1996.

Este protocolo surgiu da consideração comum que:

- a – A existência de uma massa crítica de cidadãos qualificados por meio do ensino superior é condição necessária para uma nação atingir o desenvolvimento social e econômico sustentável;
- b – o Brasil possui somente 11% da população economicamente ativa com nível superior, contra 22% do Chile, 21% da Bolívia, 26% da Venezuela, 37% dos EUA e 53% do Canadá;
- c – o desenvolvimento nacional em níveis compatíveis com a necessidade de inserção na economia mundial, reconhecida no PNE, exige que o atendimento dos jovens em faixa etária de 18 a 24 anos passe do atual índice de 11% para 30%;
- d – o número dos concluintes do ensino médio dobrou no período 1991 a 1995 e deverá sofrer expansão ainda maior na próxima década devido às mudanças introduzidas no ensino fundamental, aumentando o demanda por ensino superior.

Nesta data, constata-se que as IFES cumpriram com folga a sua parte no protocolo. No entanto, o Governo Federal não atendeu o previsto, ao contrário, medidas restritivas à autonomia foram editadas.

Das 8.000 vagas docentes desocupadas 2.000 concursos estão sendo autorizados, o que constitui um fator relevante. Entretanto nenhum servidor técnico-administrativo foi contratado nos quadros das IFES, gerando um déficit de quase 20.000 vagas.

Parte dessas vagas docentes foram preenchidas precariamente com professores substitutos que, neste ano de 2001, estão sendo autorizadas em quantidade muito menor que as necessárias.

Parte dos técnicos administrativos foram contratados emergencialmente por Fundações de Apoio existentes junto às IFES, onerando o orçamento de custeio e gerando questionamentos legais.

Esta situação configura uma gravíssima deficiência de pessoal que, associada aos baixos salários, compromete as metas de expansão, a consolidação das novas universidades e, principalmente, a qualidade do ensino.

O orçamento de manutenção não acompanhou a expansão ocorrida e os investimentos em infra-estrutura para a graduação foram diminuindo paulatinamente.

A demanda surgida pela expansão dos alunos aponta a necessidade de autorização para a ocupação de vagas existentes há anos nos quadros docentes e técnico-administrativo. É imprescindível a regularização da contratação de professores substitutos e a suplementação orçamentária de custeio e recuperação da infra-estrutura básica das IFES.

Isto posto, é dever da Andifes alertar as autoridades e a sociedade brasileira que, apesar dos esforços e do compromisso com o desenvolvimento do país demonstrando ao longo dos anos, caso não sejam encontradas soluções urgentes, as Universidades Federais correm o risco real de **NÃO INICIAREM REGULARMENTE O 2º SEMETRE LETIVO DE 2001.**

Brasília, 11 de julho de 2001

### Revista Conceitos

**Envie sua colaboração até 28 de setembro:**

**[adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br)**

Centro de Vivência - Campus I da UFPB  
Caixa Postal 5001 - 58051-970  
João Pessoa, PB

### Informes

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa  
Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970

Fone: 243-1212.

E-mail: [adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br)  
Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97  
Estagiários: Edmilson Bandeira  
Odinaldo Costa.



# CARTA AOS DOCENTES DA UFPB

## na ocasião da escolha do Delegado e dos Observadores da ADUFPB-JP ao 42º CONAD

(CONSELHO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR DA ANDES)

### Colega Docente:

Absorvido(a) na labuta diária de preparar aulas e realizar pesquisas pedimos a sua atenção para o movimento docente brasileiro e a sua entidade nacional – a ANDES.

A ANDES comemorou vinte anos em fevereiro de 2001, no Congresso do Rio de Janeiro. Nasceu em um momento especial da vida brasileira, quando o regime militar dava seus últimos espasmos e as lutas sociais cresciam. A história da ANDES deve orgulhar a todos nós, docentes universitários. Não criamos somente uma entidade corporativa – conquanto as demandas dos docentes devam ser motivo de especial atenção –, mas uma organização que, não despregando de sua dimensão corporativa, a um só tempo, é também política e acadêmica. Enfim, a ANDES foi criada como uma entidade nacional de docentes universitários, refletindo a particularidade e a universalidade que reveste a condição docente, abrigando o docente como professor e pesquisador, e também como cidadão brasileiro.

Deve haver uma sintonia fina entre as três dimensões da ANDES – a corporativa, a política e acadêmica. Quando uma dessas dimensões estiola-se e a outra cresce desmesuradamente, é sinal de que há algo errado. O status quo deve mudar. Detectamos, hoje, uma supremacia da dimensão corporativa da ANDES, em detrimento da política e acadêmica.

Escrevíamos (sete delegados da ADUFPB-JP ao XX CONGRESSO DA ANDES) aos colegas, num texto que ficou conhecido em João Pessoa como o documento amarelo – “há, hoje, dois projetos políticos em contenda no movimento docente brasileiro”:

● “Um primeiro – o da diretoria da ANDES – que não vê diferença entre a particularidade do trabalho docente e de todo o funcionalismo público federal, propugnando o esmaecimento da particularidade docente na malha de todos os servidores públicos federais. A síntese deste projeto é expressa no plano de lutas vitorioso no XX Congresso da ANDES: **Greve Geral dos Servidores Públicos Federais e reajuste linear de 75%**”.

● “Um outro – defendido por expressivo número de delegados do Congresso da ANDES – que pensa a Universidade como uma instituição estratégica para o

desenvolvimento tecnológico e social do Brasil e, por isso, não dilui a questão da Universidade e da condição docente na problemática corporativa do sindicalismo”.

Pois os três meses e meio que separam o XX Congresso da ANDES do dia de hoje, só fazem confirmar o acerto do veredicto do documento amarelo. É hora de fazer o balanço desses meses e da atuação da direção nacional da ANDES.

Houve um esforço hercúleo, reconheçamos, por parte da diretoria da ANDES, em realizar uma Greve Geral de todos os Servidores Federais. Qual o saldo? Assembléias esvaziadas – média nacional de trinta participantes (as Assembléias da ADUFPB-JP, com média de cento de dez participantes, são as maiores do Brasil, embora ainda pequenas). Lideranças que no Congresso da ANDES empunhavam o microfone com bravatas não conseguem, na base, reunir trinta professores.

Para a guerra não basta a vontade heróica. O que há de errado com a proposta de Greve Geral dos Servidores Públicos Federais, empunhada pela diretoria da ANDES?

● A proposta é um *apriori*, algo semelhante ao que, em filosofia, chamam de *imperativo categórico*. Nesta cultura política, a greve é *fim* e não *meio*. Não depende da análise da correlação de forças, mas compõe um dado ineliminável do plano estratégico geral.

Aos que duvidam, recomendamos a leitura da Tese sobre Conjuntura apresentada pela diretoria da ANDES no último Congresso, onde lemos, no parágrafo final da Tese, que os eixos gerais da estratégia da ANDES devem ser o Fora FHC/FMI e a Greve Geral. Desta maneira, está nivelada uma consigna de alta energia política – o fora FHC/FMI – e a forma de luta de conquistar a consigna – a Greve Geral.

Não acreditamos que, na sociedade brasileira contemporânea, as coisas se passem dessa maneira. Uma confluência absoluta entre o fora FHC e uma Greve Geral – uma greve radical de massas que logre derrubar, com a imediaticidade de um raio, o governo, não é possível no Brasil. Por um motivo simples: depois da epiderme – o desgastado governo FHC – estão, capilarizadas, vivas e atuantes as forças sociais que ele representa (capital financeiro, grande burguesia, oligarquias regionais, impérios de comunicação



etc). Derrubar o governo não significa derrubar essas forças. O curioso é que essa compreensão ingênua do funcionamento do Estado e da sociedade contemporânea, em outro diapasão, confluíu com um *corporativismo* dos mais rebaixados. O cerne da estratégia dominante na ANDES – *transformar lutas salariais e econômicas, sem a mediação dos partidos e das grandes centrais sindicais, em lutas de disputa do poder político* – rebaixa o papel social do movimento docente. Hipostasiamos a condição *corporativo-sindical* do movimento docente – com o agravante de que, neste caso, ela se revestir de uma dimensão de *cartase* (participar de uma *greve geral política de derrubada do governo*) – e definhamos a condição *política* e a *acadêmica* do nosso movimento. Não admira que as assembléias no Brasil estejam esvaziadas...

Vale acrescentar: não se trata de *derrubar* o governo, mas de consolidar um outro pólo de forças sociais, e, com base nele, alterar a correlação de forças. Isso só podemos conseguir em longo prazo, e através da inserção do movimento docente nas lutas políticas do povo brasileiro – especialmente a luta pela soberania nacional. Por isso, estranhamos as críticas sistemáticas da diretoria da ANDES há várias entidades sindicais importantes – principalmente a CUT – e aos mais importantes partidos políticos da esquerda brasileira – principalmente o PT, o PSB, o PDT, o PPS e o PCdoB. Fora desse amplo bloco de forças sindicais e políticas, só nos restará o gueto.

● Somos, no momento, contrários à Greve dos SPFs. Defendemos uma *greve específica dos docentes das Universidades Federais*. Porém, a *greve específica* deve ser bem *preparada*, senão será uma aventura fadada ao fracasso.

Precisamos, em primeiro lugar, compor uma *pauta de reivindicações clara, enxuta e conhecida de todos os docentes universitários*. Lembramos que na Assembléia-Geral da ADUFPB-JP do dia 09 de Maio, esboçamos uma *pauta de reivindicações* com essa natureza:

1) CONTRA O PROJETO DE EMPREGO PÚBLICO DO MEC (NOVA CARREIRA DOCENTE

CONSTRUÍDA AO LARGO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO REGIDAS PELA CLT E UMA MALHA SALARIAL DIGNA);

2) MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PICDT.

3) ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PELO RJU, VISANDO REPOR SETE MIM VAGAS DAS RECENTES APOSENTADORIAS.

Concomitante a confecção de uma *pauta de reivindicações* que una o movimento docente, precisamos contribuir no esclarecimento da sociedade (e inclusive dos nossos estudantes) sobre o verdadeiro papel da instituição Universidade Pública em um país dependente. Fazer ver a todos que somos uma instituição estratégica no desenvolvimento social, tecnológico, econômico e cultural do país. Sem a Universidade, não são os docentes que não têm futuro, mas o próprio futuro do Brasil que ficou ausente.

Os termos da presente nota são duros, mas são não raivosos. Temos pelos colegas da diretoria da ANDES (e da tendência ANDES AD, que dá sustentação a essa diretoria) a mais elevada consideração. Por isso, oferecemos a mais alta demonstração de consideração: o debate fraterno e a crítica política.

**Colega docente,**

É com essa proposta que pedimos seu voto na eleição da delegação da ADUFPB-JP ao 42º CONAD. Alguns não sabem bem o que é o CONAD, mas pelo que você leu até agora, pode deduzir que se trata de um encontro importante. Lá serão traçadas as campanhas e lutas da ANDES para o segundo semestre de 2001. Não se engane colega, esse tema diz respeito a todos nós, não somente a alguns. A eleição para o CONAD sempre foi realizada em Assembléia-Geral. Dessa vez, por proposta da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP na Assembléia do dia 09 de maio, a eleição será em urna.

**João Pessoa, 08 de junho de 2001.**

Subscrevem:

**Maria Aparecida Ramos**

Presidente da ADUFPB-JP (Candidata a Delegada da ADUFPB-JP ao CONAD)

**Iedo Leite Fontes**

Professor do CCJ (Candidato a Observador da ADUFPB-JP ao CONAD)

**Jaldes Reis de Meneses**

Professor do CCHLA (Candidato a Observador da ADUFPB-JP ao CONAD)

**Simone Elizabeth Duarte Coutinho**

Professora do CCS (Candidata a Observadora da ADUFPB-JP ao CONAD)